

Lei nº 8.080/1990 atualizada

Dicas de estudo

1. Procure um espaço confortável, silencioso, com boa iluminação e sem distrações.
2. Só comece a resolver as questões, depois de silenciar o celular, desligar a televisão e deixar os problemas de lado. Respire fundo, e foque nos seus estudos. Sem concentração não tem memorização!
3. Para manter a concentração, faça pequenas pausas de até 15 minutos a cada 50 minutos estudados. Se funcionar para você, faça pausas de até 5 minutos a cada 25 minutos de estudo.
4. Resolva as questões antes da aula. Isso faz com que o seu cérebro trabalhe e busque os conhecimentos já memorizados, facilitando o processo de aprendizagem. Na sequência, assista às videoaulas, leia os comentários das questões nos livros, elabore os seus resumos e anotações.
5. Anote todas as dúvidas geradas ao longo da resolução das questões para serem sanadas durante a aula de correção.
6. Assuma o papel de "professor", pois quando você estuda a matéria com o intuito de transmiti-la, o nível de retenção do conteúdo é muito maior. Explique o assunto para você mesmo/a, grave áudios, vale até mesmo treinar na frente do espelho.

- 1**
(Prefeitura de Entre Rios-SC/GS Assessoria e Concursos/2021) Referente ao Sistema Único de Saúde (SUS), sobre o que dispõe a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990:
- a) Dispõe de novas condições para promoção e recuperação da saúde, sendo válida apenas nos estados que aprovarem as novas diretrizes.
 - b) Preconiza a atenção básica em saúde baseada em pirâmides sociais, preconizando o atendimento da classe mais alta mesmo em tratamentos eletivos.
 - c) Sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
 - d) Retirou do Estado o dever de prover as condições favoráveis para o exercício dos serviços a saúde, passando assim os municípios a adotarem planos individuais e mantê-los por conta própria.
- 2**
(Residência Uni e Multiprofissional em Saúde/FUNDATEC/2020) Tendo como base a Lei nº 8.080/1990, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.
- () O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da iniciativa privada, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o SUS.
- () Os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.
- () A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- () As ações e os serviços de saúde, executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e

hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F, F, F, F. b) V, F, F, V. c) F, V, V, V. d) V, V, V, F.

3

(EBSERH Nacional/AOCP/2016) De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), assinale a alternativa correta.

- a) O dever do Estado de garantir a saúde exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
b) Estão excluídas do Sistema Único de Saúde (SUS) as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
c) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
d) A execução de ações de vigilância epidemiológica não estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).
e) Está incluída, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), a execução de ações de assistência terapêutica integral, exceto farmacêutica.

4

(Prefeitura de São Miguel do Oeste-SC/AMEOSC/2021) A Lei nº 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Acerca dessa Lei, marque a alternativa CORRETA:

- a) Um dos objetivos do SUS é a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
b) A vigilância nutricional e a orientação alimentar não estão incluídas no campo de atuação do SUS.
c) O SUS é constituído por um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e

instituições públicas exclusivamente federais e estaduais.

- d) Compete à direção municipal do SUS participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico.

5

(UERJ/CEPUERJ/2019) A Lei nº 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, entre outras providências, e regula, em todo o território nacional, as ações e os serviços de saúde. Sobre os objetivos e as atribuições dessa lei, é correto afirmar que:

- a) as ações que possibilitam o conhecimento, a detecção ou a prevenção de quaisquer mudanças nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva são feitas pela vigilância sanitária.
b) o SUS contribui diretamente para o aparecimento de doenças e agravos em saúde, quando não identifica e nem divulga os fatores que determinam e condicionam a saúde.
c) a garantia da saúde é de responsabilidade privativa do Estado, que não contribui diretamente para o aparecimento de doenças e agravos em saúde.
d) a formulação política de saúde centra-se em políticas econômicas voltadas para cura e procedimentos que determinam e condicionam a saúde.

6

(HUAC-UFCG/EBSERH/AOCP/2017) Assinale a alternativa que descreve corretamente um objetivo do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Lei nº 8.080/1990.

- a) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
b) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.
c) Assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde,

com a realização integrada de ações assistenciais e de atividades preventivas.

- d) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- e) Participação da comunidade.

7

(IF-Baiano/FUNRIO/2016) A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. De acordo com a lei, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações citadas abaixo, EXCETO:

- a) assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- b) fiscalização do exercício profissional de trabalhadores da saúde.
- c) saúde do trabalhador.
- d) vigilância sanitária.
- e) vigilância epidemiológica.

8

(Residência Multiprofissional em Saúde/UFS/2020) De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador, nutricional, a formulação da política de medicamentos, equipamentos e imunobiológicos.
- b) O incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico, a formulação e execução da política de sangue e seus derivados, bem como a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- c) A fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo animal.

d) A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico, a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde.

e) A participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

9

(EBSERH/AOCP/2016) De acordo com o que dispõe a Lei 8.080/1990, entende-se por Vigilância Epidemiológica:

- a) a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.
- b) a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- c) um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e de controle de doenças ou agravos.
- d) um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.
- e) o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, relacionem-se com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos da produção ao consumo.

10

(Residência Multiprofissional/UFPB/2016) Segundo a Lei Orgânica nº 8.080 de 1990, entende-se por Vigilância Epidemiológica:

- a) Um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as

medidas de prevenção e de controle de doenças ou agravos.

b) Um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância, à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos a riscos e a agravos advindos das condições de trabalho.

c) Conjunto de medidas de controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

d) Conjunto de ações de controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, relacionem-se com a saúde, compreendidas todas as etapas e os processos, da produção ao consumo.

e) Um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

11

(Residência Multiprofissional/UPE/2016) Entende-se por saúde do trabalhador, segundo a Lei nº 8.080/1990, um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores.

Sobre essa questão, leia os itens abaixo:

I - A garantia ao Sindicato dos Trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

II - A informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho.

III - A avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.

IV - A revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho.

V - A assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.

Assinale a alternativa CORRETA.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Apenas 4 itens estão corretos.

c) Apenas 3 itens estão corretos.

d) Apenas 2 itens estão corretos.

e) Apenas 1 item está correto.

12

(Residência/UNIRIO/2021) Com base na Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, avalie as seguintes alternativas:

I - Assegura como um dos objetivos do SUS a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

II - Enfatiza a descentralização político-administrativa dos serviços para os estados e para a União, com direção única em cada esfera do governo.

III - Atribui, no âmbito administrativo às diferentes esferas do governo, o acompanhamento, a avaliação e a divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais.

Assinale a alternativa que contém apenas afirmações CORRETAS:

a) I, apenas. b) II, apenas. c) III, apenas.

d) I e II, apenas. e) I e III, apenas.

13

(Residência/UFJF/2021) A Constituição Federal e a Lei nº 8.080/1990 definem as ações e os serviços de saúde no âmbito do SUS e apontam os princípios e as diretrizes que regem esse sistema.

Em relação a esses princípios e essas diretrizes é INCORRETO afirmar que:

a) A epidemiologia deve ser usada para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática.

b) Os serviços públicos devem ser organizados de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

c) Deve haver integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico. d) A preservação da autonomia dos

profissionais de saúde deve ocorrer em defesa da integridade física e moral.

e) As ações e os serviços devem se organizar com base na descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

14

(HRL-UFS/EBSERH/AOCP/2017) Assinale a alternativa que apresenta um dos princípios aos quais as ações e os serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) devem obedecer, previstos expressamente na Lei nº 8.080/1990.

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) Direito à informação sobre a saúde de familiar assistido.
- c) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
- d) Diversidade da base de financiamento.
- e) Equidade na forma de participação no custeio.

15

(HU-UFTM/EBSERH/IADES/2014) A universalidade, a integralidade, a equidade, a hierarquização, a regionalização e a participação popular estão no contexto dialético e legal da conformação do Sistema Único de Saúde. Com relação ao princípio da equidade, é correto afirmar que consiste em:

- a) oferecer atendimento indistinto a todos os usuários, quanto às questões curativas.
- b) tratar desiguais de maneira desigual, para que todas as necessidades de saúde sejam atendidas da melhor forma e de acordo com as diferenças e vulnerabilidades específicas.
- c) atender a todos os indivíduos igualmente, privilegiando as questões curativas e de acordo com as prioridades definidas pelo controle social.
- d) realizar atendimento crescente dos níveis de atenção primária para os mais complexos.
- e) garantir acesso integral às ações e aos serviços de saúde.

16

(HU-UFJF/EBSERH/AOCP/2015) Com relação aos princípios doutrinários do SUS, é correto afirmar que:

- a) A universalidade prevê a participação popular por meio da sociedade civil organizada.
- b) Equidade é quando se fala em tratamento justo e igual socialmente, reconhecendo o direito de cada cidadão aos serviços de saúde.
- c) A integralidade diz respeito à participação da comunidade nos conselhos de saúde e sua responsabilização em outras esferas do governo.
- d) A escuta, o acolhimento e o atendimento humanizado compõem a tríade que mantém o sistema de referência e contrarreferência nos setores de saúde pública.
- e) O princípio de igualdade da assistência é entendido como um conjunto articulado e contínuo das ações dos serviços preventivos e curativos exigidos para cada caso individualmente.

17

(Prefeitura de Anápolis-GO/FUNCAB/2016) Acerca dos princípios e das diretrizes do Sistema Único de Saúde, analise as afirmativas a seguir.

I - Um dos princípios dispostos na lei orgânica da saúde prevê a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

II - Os serviços públicos devem ser organizados de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

III - O atendimento integral deve priorizar os serviços assistenciais, sem prejudicar as atividades preventivas.

Está(ão) correta(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I e II. b) III. c) II e III. d) II. e) I.

18

(Prefeitura de João Pessoa-PB/AOCP/2018) Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.080/1990.

- a) Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção múltipla, e a

respectiva lei de criação do consórcio disporá sobre sua observância.

b) Em nível estadual, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura parcial das ações de saúde de competência dos municípios.

c) As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) Caberá aos estados financiar com recursos próprios o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, podendo a União atuar complementarmente no custeio e na execução das ações.

19

(HUAC-UFCG/EBSERH/AOCP/2017) Consoante a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta no tocante à organização, à direção e à gestão do SUS.

a) No âmbito da União, a gestão é exercida pela ANVISA.

b) No nível municipal, o Sistema Único de Saúde não poderá subdividir a gestão em distritos.

c) Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

d) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas apenas pelos órgãos competentes das três esferas de governo.

e) Não há hierarquia entre os órgãos gestores do SUS.

20

(AOCP - Adaptada) De acordo com a Lei Orgânica da Saúde, dê valores V ou F e marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

I - Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

II - As Comissões Permanentes terão a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a

formação e a educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições.

III - As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

IV - A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá como objetivo decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde.

a) V, F, V, V. b) F, V, V, V. c) V, V, V, V.

d) V, F, V, F. e) V, V, V, F.

21

(EBSERH/AOCP/2016) De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS):

a) receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.

b) receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, sendo vedada a celebração de convênios com a União e com os estados.

c) não receberão recursos do orçamento geral da União, mas podem celebrar convênios com a União por meio do Fundo Nacional de Saúde.

d) não receberão recursos do orçamento geral da União quando celebrarem convênios, por meio do Fundo Nacional de Saúde, com qualquer ente da Federação.

e) receberão recursos do orçamento geral da União somente quando celebrarem convênios por meio do Fundo Nacional de Saúde.

22

(Residência Multiprofissional/SES-SC/2020) O art. 13 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, afirma que a articulação das políticas e dos programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades, EXCETO:

- a) Alimentação e nutrição.
- b) Saneamento e meio ambiente.
- c) Vigilância Sanitária e farmacoepidemiologia.
- d) Atividades de lazer.

23

(Residência em Área Multiprofissional/UFPI/2020) A Lei nº 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Com relação à organização do Sistema Único de Saúde, está CORRETO afirmar que:

- a) As ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação da iniciativa privada, serão organizados de forma especializada e em níveis de complexidade aleatórios.
- b) Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto apenas as ações e os serviços de atenção básica e de média complexidade.
- c) A articulação das políticas e dos programas será realizada a cargo das comissões intersetoriais e abrangerá a média e a alta complexidade.
- d) A articulação das políticas e dos programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
- e) Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino fundamental e básico para fortalecer a educação em saúde.

24

(DEPEN/CESPE/2013) Compete aos municípios e aos seus respectivos gestores coordenar e gerir as redes de laboratórios e os hemocentros públicos em suas regiões administrativas.

- () Certo () Errado

25

(HU-UFBA/IADES/EBSERH/2014) À direção estadual do SUS compete coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de:

- a) vigilância epidemiológica e ambiental permanente.
- b) ação comunitária e de alimentação e nutrição.
- c) construção de moradias populares de saúde do trabalhador.
- d) vigilância sanitária e de saúde do trabalhador.
- e) mobilização de comunidades e serviços de vigilância ambiental permanente.

26

(UFPI/COPESE/2015) A Lei nº 8.080/1990 define as competências de cada esfera de governo do SUS. Correlacione as competências listadas com o âmbito administrativo responsável e marque a opção que corresponde à sequência CORRETA.

I - Direção Nacional do SUS

II - Direção Estadual do SUS;

III - Direção Municipal do SUS.

() Formar consórcios administrativos intermunicipais.

() Promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde.

() Definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade.

() Formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

() Identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.

a) I, II, III, II, I. b) III, I, II, II, I. c) III, II, I, I, II.

d) III, I, II, I, III. e) I, III, II, I, II.

27

(Prefeitura de Marilândia-ES/IDECAN/2016) A direção nacional do SUS possui diversas competências, entre elas, pode-se citar:

I - Formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

II - Participar da formulação e da implementação das políticas de controle de agressões ao meio ambiente.

III - Participar da formulação de ações de aplicações de benefícios sociais.

Está(ão) correta(s) a(s) alternativa(s):

- a) I, II e III.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

28

(Residência/UFPR/2021) A Lei Orgânica da Saúde, Lei Federal nº 8.080/1990, estabelece competências para os três entes federativos dentro da organização do Sistema Único de Saúde. De acordo com essa lei, é correto afirmar:

- a) É competência dos municípios promover a articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde.
- b) É competência da União participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgãos afins, de agravos sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana.
- c) É competência da União coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica; vigilância sanitária; alimentação e nutrição; e saúde do trabalhador.
- d) É competência dos estados participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.
- e) É competência dos municípios estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano.

29

(UPE/2016) Considerando as atribuições dos entes federativos na execução das ações do Sistema Único de Saúde (SUS), é CORRETO afirmar que são comuns a todos os entes (União, estados, Distrito Federal e municípios):

- a) a formulação, a avaliação e o apoio às políticas de alimentação e nutrição.
- b) a elaboração e a atualização periódica do plano de saúde.
- c) a coordenação da rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros.
- d) a execução, no âmbito municipal, da política de insumos e de equipamentos.
- e) a gestão de laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

30

(HU-UFCG/EBSERH/2017) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, no que se refere à competência do Sistema Único de saúde, é correto afirmar que:

- a) à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete formar consórcios administrativos intermunicipais.
- b) à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.
- c) à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde.
- d) à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS, em todo o Território Nacional, em cooperação técnica com os estados, municípios e o Distrito Federal.
- e) à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete normatizar e coordenar

nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

31

(Residência/UFJF/2021) As dificuldades sanitárias das populações indígenas são questões recorrentes ao longo do processo histórico de desenvolvimento e organização da sociedade brasileira e a pandemia tem representado um desafio enorme para a preservação da saúde dos povos originários. A Lei nº 8.080/1990 representa um marco institucional importante ao trazer em seu bojo um capítulo que versa sobre o subsistema de atenção à saúde indígena. Considerando a lei orgânica, leia as assertivas e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caberá aos municípios, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que funcionará em perfeita integração com o SUS.
- b) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado e as instituições não governamentais não poderão atuar complementarmente no custeio e na execução das ações.
- c) Em situações emergenciais e de calamidade pública caberá a União assegurar o aporte adicional de recursos não previstos nos planos de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- d) Diante da necessidade de atenção secundária e terciária fora dos territórios indígenas, deverão os Estados garantir mecanismos de financiamento específico nos planos emergenciais para atendimento dos pacientes graves.
- e) O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que possui fonte de financiamento próprio a fim de assegurar que a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas sejam observadas.

32

(Residência SES-PE/UPE/2016) Tratando-se, especificamente, das ações e dos serviços de saúde voltados para a atenção à saúde indígena, o

regulamento legal (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) estabelece que:

- a) os municípios, por meio de recursos orçamentários próprios, deverão prover o financiamento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- b) tendo em vista os aspectos culturais e morais particulares e característicos das populações indígenas, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser centralizado no estado com maior representatividade dessa população para evitar a hierarquização.
- c) devido à simplicidade e à ausência de aparato tecnológico mais complexo, as populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS apenas na atenção primária à saúde.
- d) o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, visando organizar os serviços prestados a essa população.
- e) em decorrência da diversidade de dialetos indígenas no Brasil, as populações indígenas não têm espaço de participação no Conselho Nacional e Estadual de Saúde, e só estão presentes nos Conselhos Municipais de Saúde.

33

(CONPASS/2015) Também de acordo com a Lei nº 8.080/1990, Capítulo VI, que trata do Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar, qual das alternativas não se aplica?

- a) São estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento domiciliar e a internação domiciliar.
- b) Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares, incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.
- c) Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de direito

privado na promoção, proteção e recuperação da saúde.

d) O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares, que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.

e) O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família.

34

(Prefeitura de Pedra Lavrada-PB/CONTEMAX/2020) A Sra. Jaci está com 8 meses de gravidez e já está preocupada se os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada permitem a presença de acompanhante para ficar ao seu lado durante o nascimento do seu primogênito. Acerca da Lei nº 8.080/1990 é INCORRETO afirmar que:

a) A parturiente terá direito apenas a um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

b) O médico indicará o acompanhante.

c) Os hospitais de todo o país ficam obrigados a manter em local visível de suas dependências o aviso informando do direito ao acompanhante.

d) As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício do direito ao acompanhante constarão no regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo.

e) A parturiente indicará o acompanhante.

35

(HUJB-UFCG/EBSERH/AOCP/2017) De acordo com a Lei nº 8.080/90, no que se refere à assistência terapêutica e à incorporação de tecnologia em saúde, é correto afirmar que:

a) a incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica são atribuições do Conselho da Saúde, assessorado pelo Conselho Federal de Farmácia e comissões intergestoras.

b) a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de um representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de dois representantes, especialistas na área, indicados pelo Conselho Federal de Farmácia.

c) o relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS levará em consideração, necessariamente, a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.

d) o relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS levará em consideração, facultativamente, as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso.

e) são autorizados, em todas as esferas de gestão do SUS, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

36

(ISLS-SP/IBFC/2013) Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, leia as frases abaixo e marque (F), se a afirmativa for falsa, e (V), se for verdadeira. Em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência correta:

() A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

() É estabelecida, no âmbito do Sistema Único de Saúde, apenas a internação domiciliar.

() A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

- a) F, V, V. b) V, V, V. c) F, F, V. d) V, F, V.

37

(HC-UFPE/EBSERH/IDECAN/2014) De acordo com a redação atual da Lei nº 8.080/1990, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS deve contar com um representante indicado pelo Conselho Federal de Medicina e um representante indicado pelo:

- a) Ministério da Saúde.
b) Conselho Nacional de Saúde.
c) Conselho Federal de Farmácia.
d) Conselho Federal de Informática.
e) Ministério da Ciência e Tecnologia.

38

(HU-UFS/EBSERH/AOCP/2014) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.
b) A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.
c) As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).
d) Os critérios e os valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos por cada órgão local de administração da saúde.
e) Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

39

(HUJB-UFCG/EBSERH/AOCP/2017) Tratando-se da participação da iniciativa privada no SUS, de acordo com a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta.

- a) As entidades com fins lucrativos têm preferência para participar do SUS, comparadas com as filantrópicas, haja vista o maior potencial tecnológico e de recursos humanos dessas empresas.
b) Os serviços contratados podem decidir normas técnicas e administrativas próprias para participar do SUS.
c) O SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada somente em casos de calamidade pública.
d) Aos proprietários e dirigentes de entidades ou serviços contratados é permitido exercer o cargo de chefia no SUS.
e) A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

40

(HU-UFS/EBSERH/AOCP/2017) Acerca da participação da iniciativa privada no SUS, de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência à saúde é vedada às instituições privadas com fins lucrativos.
b) A participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei, é vedada.
c) Independentemente de previsão legal, é permitida a participação, desde que indireta, de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
d) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.
e) As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do SUS, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito privado,

sem que haja preferência para as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

41

(Residência Médica e Especialização Multiprofissional/FUNDEP/2020) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, a preocupação com a política de recursos humanos revela:

- a) valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde.
- b) incrementos e planos de carreiras para os profissionais do Sistema Único de Saúde.
- c) práticas integrativas e acompanhamento psicológico para os servidores do Sistema Único de Saúde.
- d) planos de cargos e salários meritocráticos e por produção.

42

(UPE/2016) A respeito do financiamento do Sistema Único de Saúde, é CORRETO afirmar que:

- a) o Governo Federal será o único responsável pelo financiamento em todas as instâncias de saúde.
- b) para o financiamento, os recursos serão advindos, exclusivamente, do orçamento da seguridade social.
- c) o Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes.
- d) o financiamento dos serviços e as ações dos estados devem ser providos pelos excessos decorrentes das ações em saúde municipais.
- e) os recursos destinados ao financiamento do SUS, em todas as instâncias, devem ser decorrentes da execução direta das ações dos serviços privados em cada nível.

43

(Prefeitura de Belo Horizonte-MG/RBO/2021) No que se refere às formas de financiamento e custeio do SUS, assinale a alternativa correta e em conformidade com a Lei nº 8.080/1990.

- a) O orçamento da seguridade social destinará ao SUS, de acordo com a receita estimada, os recursos

necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- b) São considerados de outras fontes os recursos provenientes de rendas eventuais, exceto comerciais e industriais.
- c) As atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde não poderão ser cofinanciadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- d) As atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde só poderão ser cofinanciadas pelas universidades e pelo orçamento fiscal.

44

(Prefeitura de Santa Maria da Boa Vista-PE/ADM&TEC/2020) Analise as afirmativas a seguir:

I - As autoridades responsáveis pela distribuição da receita efetivamente arrecadada apenas devem transferir ao Fundo Nacional de Saúde os recursos financeiros correspondentes às dotações consignadas a serem executados no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante determinação judicial de segunda instância, em caráter liminar, como pode ser observado no artigo 34 da Lei nº 8.080/1990.

II - Os cargos e as funções de chefia, de direção e de assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde, só poderão ser exercidos em regime de tempo integral, conforme disposto no artigo 28 da Lei nº 8.080/1990.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- c) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.

45

(HU-UFS/EBSERH/AOCP/2014) Para o estabelecimento de valores a serem transferidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios,

segundo análise técnica de programas e projetos, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, EXCETO:

- a) perfil dos prestadores de serviço envolvidos na área da saúde.
- b) perfil demográfico da região.
- c) perfil epidemiológico da população a ser coberta.
- d) características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área.
- e) níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais.

46

(Residências Multiprofissional em Saúde/UFF/2020) De acordo com a Lei Federal nº 8.080/1990, não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade:

- a) lucrativa.

- b) assistencial.
- c) organizacional.
- d) filantrópica.

47

(Prefeitura de Itapipoca-CE/CETREDE/2016) Os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde em tempo de paz:

- a) apenas em situações emergenciais ou de calamidade pública na área de saúde.
- b) conforme convênio firmado para esse fim.
- c) por determinação unilateral dos chefes dos Poderes Executivos Federal, Estadual ou Municipal.
- d) por determinação unilateral dos comandantes da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.
- e) mediante autorização legislativa específica.

A COLEÇÃO MAIS COMPLETA DO BRASIL

